



Edgar Lisboa

Repórter Brasília

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Aumento dos salários do STF

Cresce a insatisfação, dentro do Senado, com a decisão do presidente Eunício Oliveira (MDB-CE) que, segundo senadores, “numa manobra artilosa”, colocou em votação e aprovou o reajuste do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), “contrariando a maioria do que pensam os brasileiros”. Senadores criticam a decisão e reclamam que não ouviram a chamada para votação de urgência do requerimento que colocou a matéria em plenário. A votação, reclamam, se deu por voto simbólico quando o quórum era pequeno, no finalzinho da sessão.

## Bolsonaro preocupado

O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), mostrou preocupação com o Orçamento de 2019 e, sinalizou que gostaria que o presidente Michel Temer (MDB) vetasse o reajuste salarial dos ministros do Supremo, que elevará o teto do funcionalismo público para R\$ 39 mil. “Ele sabe, é uma pessoa responsável, não precisa de apelo. Sabe o que vai fazer. O que ele vai fazer compete a ele”, disse Bolsonaro. Segundo o presidente eleito, “o reajuste é mais um problema no Orçamento”.

## Decisão difícil

Na opinião do deputado federal gaúcho Afonso Motta (PDT, foto), o aumento para STF, como está posto hoje, não é tão simples como parece. Para o parlamentar, “a verdade é que a única alternativa que tem à aprovação do Senado é o veto pelo presidente da República. Então tu imaginas isso do ponto de vista político: tem uma implicação muito grande para o presidente nas suas relações, ainda mais nas atuais circunstâncias”. O deputado lembra que Temer “é um homem que tem processos, é um homem que, queira ou não queira, tem as suas circunstâncias. Se o Bolsonaro não queria ele tinha que ter agido antes”, assinalou.



GUSTAVO LIMA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

## Governo deveria ter atuado no Senado

Segundo o pedetista, quando o presidente eleito viu que o aumento estava na pauta do Congresso, deveria ter agido. “O presidente da República eleito e sua equipe não tomaram as providências necessárias em tempo hábil. O Onyx Lorenzoni (DEM-RS), o vigilante do novo governo, para saber que assuntos estavam na pauta do Senado, não avaliou a gravidade do problema. Dizer que isso foi aprovado a toque de caixa, como reclamam alguns senadores, é conversa fiada de quem não tem responsabilidade”, disse Motta a respeito do futuro chefe da Casa Civil.

## Problema para Temer

Para Afonso Motta, “agora a questão é saber se o presidente da República vai vetar. E se for vetado depois retorna para o Congresso Nacional, aí sim, a apreciação do novo Congresso, que terá todas as condições de fazer um trabalho efetivo”, diz. Segundo Motta, “o Bolsonaro não está dizendo expressamente que quer o que o presidente vete, ele está dizendo nas entrelinhas, que respeita”, justifica o pedetista.

## Responsabilidade de Bolsonaro

Um levantamento realizado pelo instituto Paraná Pesquisas, mostra que 91% dos brasileiros acreditam que o reajuste é um assunto para ser tratado por Bolsonaro, pois isso resultaria em um gasto superior a R\$ 4,5 bilhões, segundo estimativas do próprio Senado.

## Entrevista Especial

# Para Karen Pinheiro,

Bruna Suptitz

brunas@jornaldocomercio.com.br

O mais recente levantamento de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta que somente 18,1% dos magistrados no Brasil são negros, o que confronta com o censo do IBGE que aponta 54% da população brasileira formada por pretos e pardos. Esse fator demonstra a desigualdade de condições da população negra, aponta a juíza Karen Luise Vilanova Batista de Souza Pinheiro, da 1ª Vara do Juri de Porto Alegre.

Militante da causa negra, Karen fala sobre como as condições sociais desiguais a essa parcela da população, resultado de um longo período de escravidão seguido da abolição sem garantia de condições materiais para que essas pessoas se inserissem socialmente, refletem hoje na falta de negros em espaços de poder.

“Quando falo que sou uma exceção é porque não quero servir de exemplo para ninguém”, sustenta, por entender que a regra no Brasil é de exclusão daqueles que “não conseguem fazer uma caminhada social que lhes propicie representar a população”.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, na véspera do Dia da Consciência Negra (20 de novembro), Karen sustenta que o racismo “sempre existiu”, e, após anos de um discurso de democracia racial, “o que se percebe agora são situações de discriminações no plano individual”.

**Jornal do Comércio** - A senhora já declarou que se considera uma exceção à regra da discriminação e do preconceito à população negra. Por quê? Qual é a regra?

**Karen Luise Vilanova Batista de Souza Pinheiro** - A regra é de exclusão social. A população negra foi escravizada e depois liberta há 130 anos, deixou a condição de “coisa” e passou a conviver em sociedade, mas sem condições materiais para que pudesse se desenvolver e se colocar socialmente nas mesmas condições das outras pessoas que aqui viviam ou que imigraram para cá. A partir disso, quando não se tem condições materiais de educação, moradia, saúde, não há condições próprias de se constituir com esses elementos que são essenciais para a sobrevivência; vive-se em situação de exclusão social. Quando eu me vejo

como uma mulher negra magistrada e olho para os meus pares, percebo que sou uma das poucas magistradas no Rio Grande do Sul com essas características, e por isso sou uma exceção. E assim vou confirmar a regra de que mulheres negras e homens negros não ocupam esses espaços dentro do Poder Judiciário e das outras esferas de poder e de governo exatamente porque estão em situação de exclusão, não conseguem atingir esses cargos e não conseguem fazer uma caminhada social que lhes propicie representar a população. A população brasileira é de quase 54% de pessoas negras, entre pretas e pardas, e, por exemplo, no Poder Judiciário, temos 1,6% de juizes pretos e 18,1% de negros, incluindo pretos e pardos, o que demonstra que se trata de uma exceção. Quando falo que sou exceção é porque não quero servir de exemplo para ninguém. Minha caminhada foi muito mais difícil do que a caminhada de outras pessoas não negras, não usufruí de tantos privilégios na minha vida até atingir a magistratura, e com isso tive que fazer um esforço muito maior para poder alcançar o cargo que ocupo atualmente. Isso demonstra que a sociedade tem um marcador racial bastante presente, que retira da população negra a possibilidade de concorrer em condições de igualdade com as demais pessoas e, a partir daí, faz com que a população negra viva situações de exclusão, que devem ser eliminadas para que a gente possa realmente dizer que vive em um País onde todos são iguais.

**JC** - O sistema de cotas é usado em universidades e concursos públicos para diminuir desigualdades. Mas opositores a este sistema recorrem à Constituição Federal para argumentar que “todos são iguais perante a Lei”.

Já o contra-argumento é que, se não está em condição de igualdade na partida, não é igual. Como se faz esse debate?

**Karen** - O sistema de cotas é necessário exatamente para que se abra espaço para que pessoas negras possam ingressar nas universidades e nos concursos públicos, e essa é uma caminhada de médio e longo prazo. A partir do momento que se proporciona a uma pessoa negra ingressar pelo sistema de cotas, tanto nas universidades quanto no serviço público, essa pessoa vai movimentar várias outras na rede. Ao oportunizar a uma mulher negra, que ganha o pior salário - mulheres negras ganham menos que homens negros, que ganham menos que mulheres brancas, que ganham menos que homens brancos -, inverter essa lógica e acessar, por exemplo, o Ensino Superior, ela vai movimentar toda a rede, a família dela e todas as pessoas que em sociedade estão no seu entorno. Não se pode pensar que isso vai se realizar da noite para o dia, até porque tivemos 300 anos de escravização e temos 130 anos pós-abolição. Estamos na quinta geração depois da abolição com uma expressão absurda de (falta de) representatividade no Poder Judiciário, por exemplo. Está na lógica de como as coisas se constituíram no nosso País. Nesse sentido, as ações afirmativas devem permanecer para além desses marcos que foram fixados para que efetivamente se busque atingir condições de igualdade, e elas não são tudo. O que buscamos é a eliminação do racismo, que é estrutural. O que é o racismo estrutural? É naturalizar práticas racistas. Mesmo as pessoas não querendo, adotam práticas racistas. Aí, se questiona: nas empresas, quantos por cento se tem de funcionários negros em relação à população? Como é que as pessoas



“A meritocracia, em uma sociedade tão desigual, não privilegia os excluídos”